



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	21.914.491,24	21.914.491,24
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	(7.594,00)	(7.594,00)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	10.983.607,76	10.983.607,76
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	10.938.477,48	10.938.477,48
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	183.007.247,62	183.007.247,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	183.007.247,62	183.007.247,62
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	204.921.738,86	204.921.738,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	204.921.738,86	204.921.738,86
DEFICIT (VI)			1.957.816.803,95	
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	2.162.738.542,81	204.921.738,86



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2024

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Superavit Financeiro		42.023.860,00	-	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	2.089.227.000,00	2.171.709.600,75	2.162.652.830,04	2.117.959.262,62	2.110.327.695,23	9.056.770,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.341.704.000,00	1.406.148.505,17	1.406.148.494,42	1.362.937.500,84	1.355.305.933,45	10,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	747.523.000,00	765.561.095,58	756.504.335,62	755.021.761,78	755.021.761,78	9.056.759,96
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	145.000,00	85.712,77	85.712,77	85.712,77	85.712,77	-
INVESTIMENTOS	145.000,00	85.712,77	85.712,77	85.712,77	85.712,77	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	2.089.372.000,00	2.171.795.313,52	2.162.738.542,81	2.118.044.975,39	2.110.413.408,00	9.056.770,71
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	2.089.372.000,00	2.171.795.313,52	2.162.738.542,81	2.118.044.975,39	2.110.413.408,00	9.056.770,71
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	2.089.372.000,00	2.171.795.313,52	2.162.738.542,81	2.118.044.975,39	2.110.413.408,00	9.056.770,71
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (b)				
DESPESAS CORRENTES	1.354.299,96	25.602.577,06	26.383.278,90	26.383.278,90	423.638,10	149.960,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	22.810.962,05	22.674.954,14	22.674.954,14	136.007,91	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.354.299,96	2.791.615,01	3.708.324,76	3.708.324,76	287.630,19	149.960,02
DESPESAS DE CAPITAL	892.094,35	-	560.000,00	560.000,00	-	332.094,35
INVESTIMENTOS	892.094,35	-	560.000,00	560.000,00	-	332.094,35
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.246.394,31	25.602.577,06	26.943.278,90	26.943.278,90	423.638,10	482.054,37

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	6.031,08	6.031,08	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	6.031,08	6.031,08	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	6.031,08	6.031,08	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO
SETOR PÚBLICO.

O Tribunal de Justiça do Maranhão, com sede em São Luís – MA e jurisdição em todo o Estado, órgão do Poder Judiciário Maranhense, regido pelo Código de Divisão e Organização Judiciária, Regimento Interno e Plano de Cargos e Salários, tem por missão garantir o direito e apreciar qualquer ameaça ou lesão a esse direito, com competências para administrar e gerir de forma autônoma os cargos, funções, serviços da justiça e suas dotações orçamentárias.

A Unidade Gestora do Órgão, UG 040101, é a unidade investida do poder de gerir os créditos orçamentários e os recursos financeiros, próprios ou sob descentralização. E sua Gestão é a GESTÃO TESOUREIRO – 00001.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Maranhão - SIGEF e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Todas essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2024, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª edição, aprovado pela Portaria STN/MF nº 2.016, de 18 de dezembro de 2024, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de

Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado do Maranhão. Todos os saldos foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

1- Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, segundo o MCASP, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO						
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64						
Período: Janeiro a Dezembro de 2024						
R\$						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	2.089.227.000,00	2.171.709.600,75	2.162.652.830,04	2.117.959.262,62	2.110.327.695,23	9.056.770,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.341.704.000,00	1.406.148.505,17	1.406.148.494,42	1.362.937.500,84	1.355.305.933,45	10,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	747.523.000,00	765.561.095,58	756.504.335,62	755.021.761,78	755.021.761,78	9.056.750,96
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	145.000,00	85.712,77	85.712,77	85.712,77	85.712,77	-
INVESTIMENTOS	145.000,00	85.712,77	85.712,77	85.712,77	85.712,77	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	2.089.372.000,00	2.171.795.313,52	2.162.738.542,81	2.118.044.975,39	2.110.413.408,00	9.056.770,71
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	2.089.372.000,00	2.171.795.313,52	2.162.738.542,81	2.118.044.975,39	2.110.413.408,00	9.056.770,71
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	2.089.372.000,00	2.171.795.313,52	2.162.738.542,81	2.118.044.975,39	2.110.413.408,00	9.056.770,71
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Em relação à execução da despesa orçamentária de 2024, o montante de R\$ 1.406.148.494,42 (um bilhão, quatrocentos e seis milhões, cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos), foram relativos aos gastos com pessoal, como vencimentos, gratificações subsídios, encargos patronais, etc. O montante

de R\$ 756.504.335,62 (setecentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e dois centavos), foram os gastos com outras despesas correntes e o valor de R\$ 85.712,77 (oitenta e cinco mil setecentos e doze reais e setenta e sete centavos), sendo realizados gastos com investimento. A economia na realização de despesa foi no valor de R\$ 9.056.770,71 (nove milhões, cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e sete e um centavos), demonstrada pela diferença entre a despesa fixada e a despesa executada, sendo o respectivo saldo, em sua grande maioria, decorrente do orçamento da despesa de precatório.

Do montante executado, foram inscritos R\$ 44.693.567,42 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e três mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), em Restos a Pagar não Processados, decorrentes de compromissos assumidos que não foram liquidados e pagos até o final do exercício, ficando com os saldos financeiros para execução no exercício seguinte e R\$ 7.631.567,39 (sete milhões, seiscentos e trinta e um mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) em Restos a Pagar Processado.

Tendo em vista que o Tribunal de Justiça não é um órgão arrecadador o Balanço Orçamentário apresentou um deficit no valor de R\$ 1.957.816.803,95 (um bilhão, novecentos e cinquenta e sete milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e três reais e noventa e cinco centavos), indicando que as despesas orçamentárias foram superiores às receitas arrecadadas, mas esse fato não indica necessariamente um desequilíbrio ou uma irregularidade, mas apenas que órgão executa suas despesas por meio das transferências financeiras recebidas, que foram no montante de R\$ 2.296.433.152,62 (dois bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e trinta e três mil, cento e cinquenta e dois reais e sessenta e dois centavos). As receitas de transferência aparecem no Balanço consolidado da Unidade Gestora Central. Além das transferências recebidas, foram abertos no exercício, créditos orçamentários, tendo como fonte o superavit financeiro na ordem de R\$ 42.023.860,00 (quarenta e dois milhões, vinte e três mil, oitocentos e sessenta reais). As receitas arrecadadas aparecem no Balanço consolidado da Unidade Gestora Central.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2024

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	21.914.491,24	21.914.491,24
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	(7.594,00)	(7.594,00)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	10.983.607,76	10.983.607,76
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	10.938.477,48	10.938.477,48
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	183.007.247,62	183.007.247,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	183.007.247,62	183.007.247,62
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	204.921.738,86	204.921.738,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	204.921.738,86	204.921.738,86
DEFICIT (VI)	-	-	1.957.816.803,95	
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	2.162.738.542,81	204.921.738,86

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

As receitas correntes arrecadadas referem-se as aplicações financeiras no valor de R\$ 10.983.607,76 (dez milhões, novecentos e oitenta e três mil, seiscentos e sete reais e setenta e seis centavos). O valor de R\$ 10.938.477,48 (dez milhões, novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos), refere-se as receitas de indenizações restituições com ressarcimento de servidores cedidos para outros órgãos, restituições de faltas etc. O valor de R\$ 183.007.247,62 (cento e oitenta e três milhões, sete mil, duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos), representam as receitas de capital decorrentes de depósitos judiciais destinadas ao pagamento de precatórios.

Foi adotado o Princípio da Competência para o registro das despesas e o regime de caixa para as receitas, de acordo com o que preceitua a Lei nº 4.320/64 em seu artigo 35 – “Pertencem ao exercício financeiro: as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

E a execução orçamentária e financeira do órgão foi realizada dentro do exercício financeiro, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, conforme estabelecido no Art. 34 da lei nº 4.320/64 – O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

2- Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, segundo o MCASP, demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária,

conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2024

R\$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2024	Janeiro a Dezembro/2023
Receita Orçamentária (I)	204.921.738,86	214.333.524,66
Ordinária	21.143.621,03	24.730.560,83
Vinculada	183.778.117,83	189.602.963,83
Outras Vinculações de Recursos	183.778.117,83	189.602.963,83
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.296.433.152,62	2.156.212.631,70
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	7.581,78	-
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	2.296.425.570,84	2.156.212.631,70
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	462.943.958,42	778.946.225,12
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	44.693.567,42	25.802.577,06
Inscrição de Restos a Pagar Processados	7.631.567,39	6.031,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	410.618.823,61	397.488.839,91
Aplicações do RPPS	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	395.948.777,07
Saldo do Exercício Anterior (IV)	78.306.236,44	156.725.499,77
Caixa e Equivalente de Caixa	78.306.236,44	156.725.499,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	3.042.605.086,34	3.306.217.881,25

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

As receitas orçamentárias somaram R\$ 204.921.738,86 (duzentos e quatro milhões, novecentos e vinte e mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta e seis centavos), e as Transferências financeiras recebidas R\$ 2.296.433.152,62 (dois bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e trinta e três mil, cento e cinquenta e dois reais e sessenta e dois centavos), indicando o somatório dos recursos vinculados e não vinculados. Os ingressos extraorçamentários no valor de R\$ 44.693.567,42 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e três mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), indicam os valores inscritos em Restos a Pagar não Processado e R\$ 7.631.567,39 (sete milhões, seiscentos e trinta e um mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos), restos a pagar processados do exercício, os demais representam os depósitos e valores restituíveis.

BALANÇO FINANCEIRO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2024

R\$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2024	Janeiro a Dezembro/2023
Despesa Orçamentária (VI)	2.162.738.542,81	2.004.545.485,46
Ordinária	1.978.960.425,19	1.816.347.574,70
Vinculada	183.778.117,62	188.197.910,76
Outras Vinculações de Recursos	183.778.117,62	188.197.910,76
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	382.628.301,35	389.786.265,48
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	182.066,18	156.530,44
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	382.446.235,17	389.629.735,04
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	435.051.704,44	833.579.893,87
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	26.943.278,90	66.695.570,82
Pagamento de Restos a Pagar Processados	6.031,08	13.125.806,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	408.102.394,46	387.909.353,83
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	-	385,31
Aplicações do RPPS	-	-
Perdas Aplicação Financeira RPPS	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	365.848.777,07
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	62.186.537,74	78.306.236,44
Caixa e Equivalente de Caixa	62.186.537,74	78.306.236,44
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	3.042.605.086,34	3.306.217.881,25

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

As despesas orçamentárias totalizaram R\$ 2.162.738.572,81 (dois bilhões, cento e sessenta e dois milhões, setecentos e trinta e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e um centavos), correspondente à despesa efetivamente empenhada no exercício.

O saldo de caixa, ou seja, o disponível para o exercício seguinte foi de R\$ 62.186.537,74 (sessenta e dois milhões, cento e oitenta e seis mil, quinhentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos).

3- Balanço Patrimonial

O Balanço patrimonial, conforme MCASP, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do Patrimônio, bem como dos atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

3.1 – Ativo Circulante

BALANÇO PATRIMONIAL - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

	R\$	
ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	62.186.537,74	78.306.236,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	61.905.535,89	78.067.894,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA -VALORES RESTITUIVEIS E VINCULADOS	281.001,85	238.352,03
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.114.107,18	2.114.181,18
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	28.154,00	28.228,00
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	2.085.953,18	2.085.953,18
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	64.300.644,92	80.420.417,62
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	629.814.433,02	562.364.951,97
BENS MOVEIS	353.735.141,90	300.659.981,96
BENS IMÓVEIS	427.085.591,97	374.424.501,32
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(151.006.300,85)	(112.719.531,31)
INTANGÍVEL	14.319.498,36	12.134.125,01
SOFTWARES	14.319.498,36	12.134.125,01
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	644.133.931,38	574.499.076,98
TOTAL DO ATIVO	708.434.576,30	654.919.494,60

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

As disponibilidades do Tribunal são compostas por valores registrados em caixa, conta-corrente bancária e em aplicações financeiras. Os valores registrados em Caixa foram conciliados até 31/12/2024, podendo ser verificada na prestação de contas. As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, não havendo necessidade de tradução em moeda estrangeira por não ter transações em outras moedas.

3.2 – Ativo não Circulante

O Ativo não Circulante compreende os bens, créditos e valores cujo prazo de realização ocorra após o prazo de doze meses e não sejam mantidos para venda, dividido nos grupos Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

O ativo imobilizado está avaliado em R\$ 629.814.433,02 (seiscentos e vinte e nove milhões, oitocentos e quatorze mil, quatrocentos e trinta e três reais e dois centavos), sendo os bens móveis no valor de R\$ 353.735.141,90 (trezentos e cinquenta e três milhões, setecentos e trinta e cinco mil, cento e quarenta e um reais e noventa centavos), os bens imóveis R\$ 427.085.591,97 (quatrocentos e vinte sete milhões, oitenta e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e noventa e sete centavos), e o ativo intangível, formados pelos softwares,

R\$ 14.319.498,36 (quatorze milhões, trezentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos).

Os bens móveis são avaliados pelo custo de aquisição ou construção, ajustados pelos valores das Depreciações Acumuladas, as quais foram realizadas pelo método Linear ou Cotas Constantes, conforme indicado pelo setor de material e patrimônio.

Salientando que os bens adquiridos pelos fundos vinculados ao Tribunal de Justiça, no caso o FERJ, FUNSEG e o FESMAM, são incorporados ao patrimônio do tribunal.

3.3 - Passivo e Patrimônio Líquido.

BALANÇO PATRIMONIAL - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO		
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64		
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023		
	R\$	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE		
PASSIVO CIRCULANTE	-	-
PASSIVO CIRCULANTE	-	-
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.631.567,39	-
PESSOAL A PAGAR	4.660.576,28	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2.970.991,11	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	14.472.688,01	6.031,08
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	14.472.688,01	6.031,08
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.448.180,04	1.931.750,89
VALORES RESTITUÍVEIS	4.433.940,64	1.917.511,49
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	14.239,40	14.239,40
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	26.552.435,44	1.937.781,97
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	-	-
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	-	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
RESULTADOS ACUMULADOS	681.882.140,86	652.981.712,63
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	681.882.140,86	652.981.712,63
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	681.882.140,86	652.981.712,63
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	708.434.576,30	654.919.494,60

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

3.3.1 Passivo Circulante

O Tribunal apresentou saldo nas contas de Passivo Circulante, os compromissos do órgão são com os valores restituíveis, correspondentes as retenções tributárias de exercícios anteriores que ainda serão recolhidos.

3.2.2 Patrimônio Líquido.

O Patrimônio Líquido, também chamado de Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os passivos.

Os valores encontram-se discriminados no quadro principal do Balanço Patrimonial, trata-se de superávits acumulados de exercícios anteriores.

4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP, evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO		
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64		
Período: Janeiro a Dezembro de 2024		
R\$		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2024	Janeiro a Dezembro / 2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	(7.594,00)	(3.345,70)
TAXAS	(7.594,00)	(3.345,70)
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	(7.594,00)	(3.345,70)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	10.983.607,76	17.840.148,95
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.983.607,76	17.840.148,95
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.983.607,76	17.840.148,95
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.407.978.349,06	2.199.897.630,24
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.407.978.349,06	2.199.897.630,24
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7.581,78	-
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.407.970.767,28	2.199.897.630,24
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	128.325.773,20
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-	526,40
OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-	526,40
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	128.325.246,80
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	128.325.246,80
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.938.477,48	8.295.561,59
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.938.477,48	8.295.561,59
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	10.938.477,48	8.295.561,59
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	2.429.892.840,30	2.354.355.768,28

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

O montante de R\$ 2.429.892.840,30 (dois bilhões, quatrocentos e vinte e nove milhões, oitocentos e noventa e dois mil oitocentos e quarenta reais e trinta centavos), correspondente ao montante das variações patrimoniais aumentativas, incluindo as transferências financeiras e não financeiras recebidas, aplicações financeiras e as indenizações e restituições. A importância de R\$ 10.938.477,48 (dez milhões, novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos), representa os valores dos ressarcimentos dos servidores cedidos para outros órgãos bem como as demais restituições ao erário efetuadas pelos servidores.

Do montante das variações patrimoniais aumentativas a importância de R\$ 115.002.200,91 (cento e quinze milhões, dois mil, duzentos reais e noventa e um centavos) representa os bens recebidos por transferências dos Fundos FERJ e FUNSEG para incorporação ao patrimônio do Tribunal de Justiça.

BENS TRANSFERIDOS	
Bens Imóveis	52.661.090,65
Bens Intangíveis	2.185.373,35
Bens Móveis	60.155.736,91
TOTAL	115.002.200,91

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2024	Janeiro a Dezembro / 2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	1.385.612.454,98	1.206.336.730,67
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	43.122.261,34	50.709.500,51
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	193.458.266,49	281.465.277,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.553,88	87.249,67
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	382.844.675,69	390.417.803,18
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	395.876.511,30	457.250.375,16
TRIBUTÁRIAS	12.975,60	14.616,86
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	63.713,79	80.920,38
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	2.400.992.412,07	2.386.362.473,64
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	28.900.428,23	(32.006.705,36)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

As variações diminutivas no montante de R\$ 2.400.992.412,07 (dois bilhões, quatrocentos milhões, novecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e doze reais e sete centavos) representam as despesas com bens e serviços executadas no exercício financeiro de 2024.

5 – Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Os Fluxos de Caixa das Atividades das Operações compreendem a diferença entre as receitas relativas às atividades operacionais e transferências recebidas e as despesas relativas às atividades operacionais e transferências concedidas, apresentando um valor de R\$ (198.481.233,55) (cento e noventa e oito milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, duzentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos) negativo.

Os Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento compreendem a diferença entre os ingressos de caixa em função de alienação de bens e amortização de empréstimos e financiamentos e os desembolsos com aquisições de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos, o Tribunal apresentou atividades de financiamento no valor de R\$ 182.361.534,85 (cento e oitenta e dois milhões, trezentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) negativo, indicando que o resultado operacional está sendo financiando pelos investimentos.

Os Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento compreendem a diferença entre as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito e as despesas com amortização da dívida. O Tribunal não apresentou movimentação no fluxo de caixa das atividades de financiamento durante o período analisado.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa é o resultado dos fluxos. No ano de 2024, totalizou o valor de R\$ (16.119.698,70) (dezesesseis milhões, cento e dezenove mil, seiscentos e noventa e oito reais e centavos) negativo.

6 – Considerações Finais

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/MF nº 2.016, de 18 de dezembro de 2024, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Maranhão - SIGEF e incluem os dados

consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado.

Foi adotado o Princípio da Competência para o registro das despesas e o regime de caixa para as receitas, de acordo com o que preceitua a Lei nº 4.320/64 em seu artigo 35 – “Pertencem ao exercício financeiro: as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.